

O rumo trilhado pelo IFMT: 2009-2019

The course taken by the IFMT: 2009-2019

Nádia Cuiabano KUNZE¹

Resumo

No ano comemorativo dos 110 anos da RFEPC, o Seminário de Educação da UFMT propiciou importante espaço de socialização de conhecimentos, troca de informações e experiências sobre os rumos da educação profissional federal. Nessa oportunidade, este texto foi apresentado enquanto recorte do tema abrangente, objetivando promover uma reflexão inicial sobre os 10 anos do IFMT naquela centenária rede. Pela pesquisa documental, verificou-se que, configurado segundo definições legais instituidoras, o estabelecimento tem oferecido ensino, pesquisa e extensão em 15 microrregiões e 5 mesorregiões estaduais, oportunizando aos cidadãos educação básica e superior, acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos, e a inclusão social.

Palavras-chave: IFMT. RFEPC. Centenário da Rede Federal de EPT. Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Abstract

In the commemorative year of the 110th anniversary of RFEPC, the UFMT Education Seminar provided an important space for knowledge socialization, exchange of information and experiences on the directions of federal vocational education. When we presented the paper as a clipping of the broad theme, aiming to promote an initial reflection in the 10 years of IFMT in that centenary network. Through documented research, it was found that, configured according to instituting legal definitions, the institution has offered teaching, research and extension in 15 microregions and 5 state mesoregions, providing citizens with basic and higher education, access to scientific and technological knowledge and social inclusion.

Keywords: IFMT. RFEPC. Centenary of the Federal EPT Network. Professional Scientific and Technological Education.

1 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora e técnica em assuntos educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva. Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino Profissional (GPEP) do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) no IFMT e do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória do PPGE/Instituto de Educação da UFMT. Vice-diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) em Mato Grosso. E-mail: nadia.kunze@cba.ifmt.edu.br.

Introdução

Em 2019, a cidade de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso, completou trezentos anos e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), cento e dez. Ao longo do referido ano, diversas comemorações foram promovidas para celebrar tais efemérides. No rol das homenagens realizadas, o Seminário de Educação (SemiEdu), que historicamente é organizado por grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT), na sua edição de 2019, realizada sob a responsabilidade do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) e do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Corporeidade e a Ludicidade (GEPOL), fez alusão ao tricentenário da capital mato-grossense, cidade que o abriga, tradicionalmente, há três décadas (SÁ, 2019) e que sedia, há onze décadas, uma das instituições de ensino profissional federal pertencentes à centenária rede, no caso, o Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT/CBA).

Sob a temática “*Cuiabá 300 anos: Debates sobre Educação, Pesquisa e Inovação*”, o SemiEdu 2019 buscou introduzir novas discussões sobre a educação no cenário nacional e, por meio da mesa-redonda intitulada “*Educação profissional: novos rumos*”, disponibilizou um relevante espaço de socialização de conhecimentos, de troca de informações e experiências, e de reflexões e análises sobre a educação profissional tecnológica (EPT) de âmbito federal. Com isso, oportunizou o diálogo entre os pesquisadores participantes², que estudam e investigam o assunto.

Em atendimento ao convite para participação nessa interlocução, optei por efetuar um recorte mais pontual e delimitado do abrangente tema proposto e direcionei o meu olhar para a EPT promovida pela instância governamental federal no Estado de Mato Grosso, questionando sobre como tem se configurado o IFMT, no âmbito da RFEPCT, e qual rumo vem trilhando no contexto local desde a sua criação, em 2008, e implantação em 2009.

O objetivo estabelecido nesta ocasião foi, então, o de apresentar um histórico conciso da RFEPCT e um breve balanço sobre a recente trajetória histórica da referida instituição educativa, a título de uma reflexão inicial sobre os seus 10 anos de existência.

2 Me. Carlos André de Oliveira Câmara – pró-reitor de Ensino do IFMT (organizador e mediador da mesa-redonda); dra. Nádia Cuiabano Kunze – técnica em Assuntos Educacionais do IFMT, Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva; dr. Rony Cláudio de Oliveira Freitas – professor do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes); e dra. Clarice Monteiro Escott – professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

As ações metodológicas da pesquisa documental desencadeada para o alcance deste intento se compuseram: da averiguação da legislação instituidora e regulamentadora da RFEPCT e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets); do levantamento de literatura referente à constituição e desenvolvimento da RFEPCT e do IFMT; e do arrolamento das fontes documentais institucionais do IFMT.

Já os fundamentos teóricos avocados ao exercício reflexivo esclarecem que a compreensão da especificidade de um estabelecimento educacional demanda o entendimento da sociedade em que ele se produz, uma vez que ambos estabelecem uma relação de mútua constituição. Assim, considera-se que “[...] a criação e o desenvolvimento de uma determinada instituição escolar estão condicionados por uma determinada sociedade que, por sua vez, é influenciada pelos rumos que a escola venha a tomar.” (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 362).

Outra orientação relevante considerada foi a de que a instituição educativa é um lócus em permanente construção que fomenta diversas práticas em conformidade aos seus fins e conteúdos, que detém uma identidade e uma cultura pedagógica (MAGALHÃES, 2004); uma totalidade em movimento que é portadora de uma singularidade, enfim, um espaço complexo “[...] onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados entretecendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais.” (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62).

Assim, a síntese elaborada para a apresentação no colóquio segue esboçada a seguir.

Breve balanço sobre a trajetória histórica da RFEPCT

A origem histórica da atual RFEPCT data do ano de 1909, quando o presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, expediu o Decreto nº 7.566, em 23 de setembro, criando um conjunto de dezenove escolas de aprendizes artífices (EAAs) que formou à época a Rede Federal de Educação Profissional, inicialmente submetida ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) e, a partir de 1930, ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Cada uma dessas instituições congêneres de ensino de ofícios manuais foi instalada em cada capital dos estados brasileiros³, entre elas a EAAMT, em Cuiabá (KUNZE, 2005).

3 As exceções foram no Estado do Rio de Janeiro, pois a escola foi instalada no município de Campos, cidade natal do presidente Nilo Peçanha, e no Estado do Rio Grande do Sul, pois na sua capital já havia o Instituto Parobé – Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que, por apresentar organização e propósitos semelhantes ao previsto às recém-criadas instituições federais, foi incorporado à Rede (KUNZE, 2009).

A implantação dessa rede se tratou da primeira política nacional de educação profissional voltada às necessidades dos setores urbanos da jovem República brasileira, que vislumbrava, fundamentalmente: a sua legitimação; a urbanização planejada e ordenada dos grandes centros citadinos do país com o ajustamento social, notadamente dos ex-escravos; a adoção do modo de produção industrial na economia nacional, até então baseada no modelo agrário-exportador; a constituição de trabalhadores para atuarem nas atividades produtivas a serem fomentadas; e que considerava a educação, especialmente a profissional, como um segmento estratégico a contribuir no alcance desses objetivos pretendidos, mesmo ela sendo de nível primário.

A finalidade moralizadora, disciplinadora e assistencialista delegada àquela rede no país, por meio das suas escolas distribuídas entre os estados da nação, de transformar desde muito cedo um grupo social – que não era a elite – em mão de obra ordeira, obediente, útil, produtiva, com profissionalização básica em ofícios manuais e disponível para vender sua força de trabalho a qualquer valor, perdurou até o início da década de 1940, quando ocorreu a reforma do ensino profissional no âmbito da Reforma Capanema⁴, promovida pelo governo de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945).

O reordenamento da agora Rede Federal de Educação Profissional Técnica esteve atrelado às novas demandas da expansão do capital e do desenvolvimento da industrialização no país, que passaram a exigir a formação de uma mão de obra nacional mais qualificada. Assim, algumas EAAs, principalmente aquelas sediadas em estados não industrializados, foram transformadas em Escolas Industriais de ensino industrial básico de nível médio de primeiro ciclo (quatro anos), como foi o caso da EAAMT em Escola Industrial de Cuiabá (EIC). E outras delas, localizadas em estados industrializados, foram transformadas em Escolas Técnicas destinadas a ministrar o ensino técnico industrial de nível médio de segundo ciclo (três anos) e, também, o ensino industrial básico (KUNZE, 2011).

As aspirações da Rede Federal de EPT para a década de 1950, assentadas no projeto nacional desenvolvimentista defendido pelo governo de Juscelino Kubitschek, voltaram-se à formação de uma mão de obra qualificada tecnicamente que pudesse atender às novas exigências do setor produtivo,

4 Tratou-se de uma ampla reforma da educação nacional brasileira delineada por um grupo de Leis Orgânicas do Ensino (LOE) que determinaram os fundamentos, os objetivos, os funcionamentos e as ofertas dos ensinos primário, secundário e profissional a serem ministrados em todo o país, a partir daquele momento. No âmbito da reforma da educação profissional, as diretrizes uniformizadoras foram definidas pelas Leis Orgânicas do Ensino Industrial (LOEI/1942), do Ensino Comercial (LOEC/1943), do Ensino Agrícola (LOEA/1946) e do Ensino Normal (LOEN/1946) e por seus dispositivos regulamentares específicos que determinaram os fundamentos, objetivos e programas curriculares desse ramo de ensino e normatizaram o seu funcionamento e oferta no Brasil (KUNZE, 2014).

principalmente na área de infraestrutura (energia, transporte, metalurgia). Nesse contexto, estabeleceu-se uma descentralização da administração nacional e as escolas industriais e técnicas adquiriram autonomia administrativa, técnica, financeira e didática, constituindo assim seus órgãos colegiados administrativos e pedagógicos, e enfatizando o ensino técnico.

O esforço para dinamizar o mercado capitalista interno via investimentos nas indústrias e na produção nacional de manufaturas para a exportação, bem como para caracterizar o país no mercado capitalista internacional não mais em termos periféricos, se destacou na nova fase daquele modelo desenvolvimentista que foi apropriado pelo governo da ditadura cívico-militar a partir da década de 1960.

Frete à expansão econômica que se delineava com o desenvolvimento de diversos setores produtivos, a Rede Federal de EPT tornou-se um eixo fundamental de suporte para a formação de mão de obra especializada e tecnicamente profissionalizada. Para isso, entre as décadas de 1960 e 1970, ela passou por reformas pontuais e marcantes: o ensino industrial básico e o técnico industrial foram extintos e substituídos pelo ensino técnico profissional, equiparado ao ensino secundário – ou colegial – propedêutico⁵; todas as escolas agrícolas pertencentes à Rede Federal de Ensino Agrônomo, criada no MAIC em 1910⁶, foram transferidas para o Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁷ e alocadas nela, na Rede Federal de EPT, como foi o caso do Escola Agrícola de Cuiabá “Gustavo Dutra”; todas as suas escolas industriais foram transformadas em escolas técnicas e, assim, implantou-se a Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT); os cursos superiores de curta duração denominados “tecnólogos”, realizados em três anos, foram criados em algumas escolas técnicas, como nas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná e do Maranhão, que, por isso, se transformaram mais tarde⁸ em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Na chamada “década perdida” no âmbito econômico, a de 1980, o país esteve em um momento de instabilidade, de disputas e redefinição de seu projeto de nação, pois a breve expansão econômica anterior se esgotou com a crise do endividamento externo e inflacionário, ajustamento estrutural nos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, pressão de movimentos sociais, fragilização da ditadura militar, abertura política e transição à democracia. Nesse cenário, as mínimas perspectivas de transformação das demais

5 Prerrogativa dada pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

6 Decreto nº 8.319, de 20 de novembro de 1910.

7 Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967.

8 Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

escolas técnicas e agrotécnicas em Cefets estagnaram-se perante as restrições orçamentário-financeiras, e elas permaneceram ministrando o ensino de segundo grau profissionalizante, instituído pela LDBN nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, inclusive aquelas como a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (EAF Cáceres), que foram criadas pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen)⁹, de natureza transitória, estabelecido para aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil.

Somente a partir da década de 1990, quando a mundialização da economia iniciou a geração de profundas modificações nas relações de produção, de comércio, de prestação de serviços e de trabalho, bem como a implementação de novas tecnologias produtivas e diferenciados arranjos organizacionais, é que a proposta de “*cefetização*” foi retomada timidamente pelo governo neoliberal brasileiro vigente. Pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, buscou-se constituir os Cefets como um modelo escolar voltado à formação profissional nas áreas de maior conteúdo tecnológico, para assim contribuir no desenvolvimento dos diversos setores produtivos locais e na integração do país ao processo de constituição do mercado global. Paulatinamente, sem possibilidade de construção de novas unidades pela União, as demais escolas técnicas e agrotécnicas existentes na “*nova*” Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica se transformaram em Cefets, mediante processo individualizado de precária instalação gradativa, o que ocorreu, tardiamente, em 2002, com a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá (EAF Cuiabá)¹⁰ e a ETFMT – que, respectivamente, se tornaram o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (Cefet-Cuiabá) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (Cefet-MT).

No âmbito da LDBN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu dois níveis de ensino, o básico (infantil, fundamental e médio) e o superior (graduação e pós-graduação), o ensino profissional integrou-se, ambigualmente, a eles e se atrelou às dimensões do trabalho, da ciência e tecnologia (art. 39). No entanto, na regulamentação dessa pauta pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, tornou-se bem nítida a não integração aventada, já que ele foi estruturado em nível básico, técnico e tecnológico (art. 3º); sendo o técnico definido como de organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser ofertado de forma concomitante ou sequencial a este (art. 5º); e o tecnológico, como correspondente ao superior, devendo ser estruturado para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas (art. 10). Essa

9 Decreto nº 70.067, de 26 de janeiro de 1972.

10 Antiga Escola Agrícola de Cuiabá “Gustavo Dutra”.

regulamentação, com objetivos reformadores da EPT que aprofundaram ainda mais a histórica dualidade – ensino de formação geral para a elite versus ensino de formação profissional aos pobres – e que impediram a oferta do ensino técnico integrado de nível médio nas escolas da Rede Federal de EPT, que passaram a ofertar o ensino técnico concomitante e subsequente de organização modular por disciplinas, vinculava-se ao projeto governamental neoliberal brasileiro em curso, determinado pelo capitalismo global. Encampado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o FHC, esse projeto instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), oriundo do Acordo de Empréstimo nº 1.052/OC-BR, celebrado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 24 de novembro de 1997, no valor de US\$ 500 milhões, sendo US\$ 250 milhões do BID, US\$ 125 milhões do MEC e US\$ 125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para apoiar e implementar a tal reforma da EPT (BRASIL, 2002, 2008a). Assim, para aderirem a ele, as instituições federais de EPT tiveram que apresentar o seu Plano de Implantação da Reforma (PIR). A ETFMT, na ocasião, participou e pleiteou a sua ampliação, construindo uma extensão no bairro Bela Vista de Cuiabá que se denominou “Complexo de Química Prof. Estevão Torquato da Silva” e “Alameda Profa. Judith Guimarães Cardoso”, em homenagem a antigos diretores, inaugurada em 23 de setembro de 1998.

A alteração daquela normativa e as mudanças nesse contexto ocorreram somente quando Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, assumiu a Presidência da República pelas eleições diretas de 2002, sob a bandeira de governo democrático popular, e assegurou o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, advindo de discussões entre estudiosos pesquisadores da temática, consultores, analistas no assunto, gestores, docentes, estudantes e outros, em grupos de trabalho e seminários sobre o ensino profissional e, principalmente, sobre a sua integração ao ensino de nível médio, fomentados no MEC. Apesar de essa nova regulamentação da EPT ter retomado a integração pretendida, ela também manteve a oferta do ensino profissional técnico concomitante e subsequente, o que lhe rendeu diversas críticas¹¹ por não ter revogado totalmente aquela antecedente e, com isso, ter permitido a coexistência dessas distintas formas de oferta.

As discussões e proposições iniciadas logo, no ano de 2003, para a redefinição da política de educação profissional nacional no seio de um projeto de desenvolvimento sustentável do país – comprometido, basicamente, com a justiça e inclusão social, a desconcentração de renda e a redução das disparidades

11 Para aprofundamento, ver Santos (2017).

regionais, ainda que no contexto de um capitalismo com forte domínio da lógica financeira especulativa e da inserção subordinada da nação na economia internacional globalizada – se concentraram durante a primeira gestão do governo Lula (2003-2006) e no início da segunda (2007-2008), resultando em delineamentos precisos (BRASIL, 2003, 2004, 2006, 2007a), especialmente, quanto ao papel da Rede Federal de EPT nesse processo.

Com o Plano de Expansão Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Fase I, lançado em 2005 (BRASIL, 2005), e Fase II, lançado em 2007 (BRASIL, 2007c), foi estabelecida a expansão da oferta da educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino profissional por parte da União, conforme previa a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que revogou a proibição anterior, do governo FHC. Os critérios estabelecidos para a escolha da localidade onde seriam criadas as novas ETFs, EAFs e Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds), vinculadas aos Cefets, foram: municípios da Federação que não contassem com nenhuma instituição da Rede Federal; regiões mais interioranas do território nacional e as periferias dos grandes centros urbanos. Em Mato Grosso, o Cefet-MT viabilizou a ampliação daquela unidade de extensão localizada no bairro Bela Vista, considerado periférico em Cuiabá, e a transformou na sua Uned Bela Vista, via Portaria/MEC nº 1.586, de 15 de setembro de 2006.

No bojo desse movimento de ampliação da Rede Federal de EPT foi gestada a proposta de seu novo reordenamento, que contemplou a “integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET”, estabelecida pelo Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007d, p. 6). A justificativa para essas alterações foi apresentada e divulgada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabeleceu os eixos educacionais norteadores (educação básica, educação superior, educação profissional e tecnológica, alfabetização, educação continuada e diversidade) do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Brasil do governo Lula. No texto do eixo da EPT no PDE, pontuou-se sobre essa mudança nos seguintes termos:

Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis. [...] Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFET), como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlacs entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. [...]

Visão sistêmica da educação, território e desenvolvimento se fundem nos IFET de maneira plena. Uma rede com 354 unidades não pode manter as características do período anterior. A maturidade da rede federal de educação profissional e tecnológica e a escala e a dispersão das unidades por todas as mesorregiões do País exigem um novo modelo de atuação, que envolva o desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública. Mais uma vez, níveis e modalidades educacionais em estreita conexão. (BRASIL, 2007b, p. 31-33).

Assim, pela Chamada Pública nº 002/2007, o MEC/SETEC acolheu as propostas encaminhadas pelas instituições federais de EPT interessadas na integração (BRASIL, 2007e) e indicou, por meio da Portaria MEC/SETEC nº 116, de 31 de março de 2008, o resultado das trinta e oito aprovações que pautaram a elaboração do Projeto de Lei nº 3.775, de 23 de julho de 2008, de constituição dos institutos, que se transformou na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual, efetivamente, instituiu a RFEPCT e criou os trinta e oito Ifets, entre eles o IFMT, conforme se verá a seguir.

O trilhar do IFMT em uma década

O IFMT foi instituído mediante a *integração*: do Cefet-MT, sediado na capital, Cuiabá, região centro-sul do estado; do Cefet-Cuiabá, localizado no município de Santo Antônio de Leverger, região centro-sul; e da EAF Cáceres, na cidade de mesmo nome, na região sudoeste, cujo processo (CEFET-MT; CEFET-CBA; EAF-CÁCERES, 2008) foi acolhido e custeado pelo Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, agora estabelecida como RFEPCT, na sua primeira fase (2008-2010), conforme previsto no PAC e no PDE. Cada uma dessas unidades educativas foi definida como um *campus* componente do recém-criado instituto, pela Portaria/MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009, inclusive a Uned Bela Vista do Cefet-MT.

Esta estruturação atendeu, então, a um dos critérios fundamentais estabelecidos pelo governo federal nas orientações conceituais e nas diretrizes para a constituição de um Ifet, a sua configuração *multicampi* como uma estratégia de disseminar a educação profissional a mais pessoas em mais lugares (BRASIL, 2008b). Assim, cada instituto interligado às diversas realidades, por meio de seus *campi* conectados aos seus locais de sede, se incumbiu da finalidade de ofertar educação profissional compromissada em conhecer as especificidades e potencialidades socioeconômicas e

culturais dessas realidades, de identificar seus problemas para criar soluções técnicas e tecnológicas, bem como de construir e estabelecer a sua própria identidade e sentimento de pertencimento local, porém num sentido de rede social, para além das fronteiras geopolíticas (BRASIL, 2008b).

Na segunda fase (2011-2012) do Plano de Expansão da RFEPCCT prosseguido no governo (2011-2016) da primeira mulher presidente no país, Dilma Vana Rousseff, que deu continuidade à política governamental da gestão Lula, o IFMT ampliou a sua área de ação e abrangência territorial no sentido da sua interiorização, com a implantação de mais seis *campi* em cidades localizadas nas mesorregiões norte, nordeste, sudoeste e sudeste do estado (POLICARPO, 2013). Na terceira fase (2013-2014) daquele plano, expandiu-se, com mais quatro *campi* e cinco *campi* avançados para as mesorregiões sudeste, centro-sul, sudoeste e, majoritariamente, a do norte (IFMT, 2009-2019), conforme indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Instalação dos *campi* do IFMT nas mesorregiões do Estado de Mato Grosso

Nome das mesorregiões / Quantidade de microrregiões com <i>campi</i> do IFMT	Nome do Município	<i>Campi</i> do IFMT		
		1ª fase da expansão (2008-2010)	2ª fase da expansão (2011-2012)	3ª fase da expansão (2011-2016)
Centro-sul 2	Cuiabá / Várzea Grande	Campus Cuiabá Campus Bela Vista		Campus Várzea Grande
	Santo Antônio de Leverger	Campus São Vicente		
	Cáceres	Campus Cáceres		
Norte 7	Juína / Alta Floresta		Campus Juína	Campus Alta Floresta
	Sorriso			Campus Sorriso
	Campo Novo do Parecis / Diamantino		Campus Campo Novo do Parecis	Campus Avançado Diamantino
	Lucas do Rio Verde			Campus Avançado Lucas do Rio Verde
	Guarantã do Norte			Campus Avançado Guarantã do Norte
	Sinop			Campus Avançado Sinop
Nordeste 2	Barra do Garças		Campus Barra do Garças	
	Confresa		Campus Confresa	
Sudoeste 2	Pontes e Lacerda / Tangará da Serra		Campus Pontes e Lacerda	Campus Avançado Tangará da Serra
Sudeste 2	Rondonópolis / Primavera do Leste		Campus Rondonópolis	Campus Primavera do Leste

Fonte: Autoria própria, a partir de dados consultados em IFMT (2019).

A interiorização da RFEPCT foi outro quesito pontuado nas suas diretrizes orientativas, que embasou os processos de expansão dos Ifets pelo interior de seus estados como uma estratégia de contribuição ao fomento do desenvolvimento local – e, por conseguinte, do estado, da região e do país – de modo sustentável e com inclusão social (BRASIL, 2008b). No caso do IFMT, segundo Lima (2017), a sua expansão pelas cinco mesorregiões e quinze microrregiões de Mato Grosso lhe gerou um potencial para ofertar a educação profissional a setenta e nove por cento do total dos seus cento e quarenta e um municípios.

Arelado àquele critério, também foi estabelecido aos Ifets o da *interação com os arranjos produtivos e a vocação cultural do município*, da micro e mesorregião de sede de seus *campi* por meio da oferta de educação profissional técnica e tecnológica voltada às demandas locais e favorecedora de uma formação humana integral do cidadão e de sua inserção no mundo do trabalho desses espaços, bem como possibilitadora de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos aos diversos setores da sociedade (BRASIL, 2008b).

As micro e mesorregiões de Mato Grosso em que o IFMT se instalou detêm economias baseadas, preponderantemente, na agropecuária, agroindústria, agroecologia – enfim, no agronegócio – e, também, no turismo, piscicultura, mineração, geração de energia e serviços (IBGE, 2019).

Nesse cenário, o instituto, com a missão de “*Educar para a vida e para o trabalho*”, busca interagir considerando as diversas áreas do campo científico e tecnológico, ofertando a qualificação, requalificação, atualização e aperfeiçoamento profissional por meio de cursos básicos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio (EMI), concomitante, subsequente e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), é promovida mediante cursos presenciais e, também, a distância (EaD) pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), dos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) como: Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Produção Alimentícia, Turismo Hospitalidade e Lazer, Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Recursos Naturais e Segurança.

A educação profissional de nível superior é oferecida via cursos presenciais e da EaD/UAB de tecnologias dos mesmos eixos tecnológicos acima citados, também previstos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), bem como de bacharelados e licenciaturas de áreas do conhecimento correlatas aos eixos indicados e mais ao de Apoio Escolar.

A pós-graduação de nível *lato sensu* é disponibilizada por meio de cursos de especialização presenciais e da EaD/UAB de áreas do conhecimento correspondentes aos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Recursos Naturais e Apoio Escolar.

Já a pós-graduação de nível *stricto sensu* é favorecida com cursos de mestrados profissionais e acadêmicos presenciais de áreas similares aos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia, Controle e Processos Industriais e Apoio Escolar (IFMT, 2019).

No ano de 2018, por meio de toda essa estrutura de oferta de ensino, conforme indicam os dados da Tabela 1, nas microrregiões em que está presente, o IFMT atendeu a 1,05% da sua população, estimada em aproximadamente dois milhões, setecentos e vinte nove mil habitantes (IBGE, 2019).

Tabela 1 – Dados de oferta, inserção e conclusão do ensino no IFMT – 2018

Número de <i>campi</i>	Número de cursos	Número de concluintes	Número de vagas	Número de inscritos	Número de ingressantes	Número de matrículas + rematrículas
19	301	4.351	8.186	18.859	7.881	28.887

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2019. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>>.

A estruturação e a oferta de diversos cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino que, fundamentalmente, diferencia os Ifets das universidades – ainda que eles tenham sido legalmente equiparados a elas – atendeu, também, a outros dois critérios das suas diretrizes constitutivas. Um deles é o da estruturação de uma educação profissional *pluricurricular* para gerar diversas possibilidades de escolarização para todos e afirmar o compromisso educacional e social da RFEPCT e de suas instituições com a comunidade. O outro é o da *verticalização curricular* com a flexibilidade de estabelecer itinerários formativos desde a educação profissional básica, a partir do EMI, à educação profissional superior acadêmica e tecnológica, com a pós-graduação *stricto sensu*, para possibilitar ao cidadão a progressão nos estudos e a formação profissional, via educação continuada, além de oportunidades de qualificação e atualização profissional via FIC (BRASIL, 2008b).

Segundo as diretrizes constitutivas dos Ifets (BRASIL, 2008b), o ensino profissional estruturado nesses parâmetros apontados acima, além de ensinar ao cidadão a formação omnilateral, completa, humana e politécnica, precisa, na execução desse processo, promover a produção, a inter-relação e a disseminação de saberes e conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos em favor da sociedade, por meio da *integração do ensino, pesquisa, extensão e inovação*.

Quanto a esse critério, o IFMT apontou um caminho para atendê-lo desde 2010 com a institucionalização de uma política de promoção e desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa, extensão e mais a inovação, porém a sua formalização ocorreu somente em 2015 com a regulamentação do Programa de Valorização da Produção da Pesquisa e Extensão (PVPE), em observância à Portaria MEC/

SETEC nº 58, de 21 de novembro de 2014, que normatizou essa pauta no âmbito dos Ifets (IFMT, 2019). O PVPE, cujo regulamento foi atualizado em 2019, tem como principal objetivo fomentar e apoiar, em articulação com o ensino e a localidade, a criação e consolidação de grupos de pesquisa, a execução de projetos de pesquisas de iniciação científica, de pesquisas científicas, de pesquisas aplicadas, de pesquisas de inovação tecnológica e pesquisas de inovação social, bem como a realização de projetos e ações extensionistas comunitárias, aportando recursos financeiros do IFMT e de parcerias e convênios com outras instituições, a exemplo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para disponibilização de bolsa (coordenador, pesquisador, extensionista, estudante, colaborador), taxa de bancada e auxílio financeiro a publicações. No âmbito desse programa, diversos editais são lançados anualmente para selecionar projetos de pesquisa e de extensão e há outros para acolher os de livre iniciativa em fluxo contínuo, sendo os seus resultados apresentados e divulgados à comunidade em evento científico local, realizado anualmente em cada *campus*, denominado Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Jenpex), e em outro geral, realizado anualmente em Cuiabá, chamado Workshop de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (Workif). Ambos foram concebidos, também, como espaços abertos de dinamização da interação entre as dimensões do ensino, pesquisa, extensão e inovação, e de congregação entre pesquisadores, extensionistas e comunidades interna e externa.

Em todo esse processo integrador das dimensões institucionais responsáveis por uma formação integral e emancipatória do estudante, um critério relevante a ser cumprido, conforme foi definido nas diretrizes de constituição dos Ifets (BRASIL, 2008b), é o do compromisso de favorecer a *inclusão educacional*, pela inserção e acolhimento de cidadãos de grupos sociais historicamente alijados do acesso ao sistema educacional do país, bem como a *inclusão social*, pela interação com o mundo do trabalho na desigual sociedade capitalista mediante uma formação profissional consciente, crítica e reflexiva da realidade.

O IFMT, nesse sentido, a partir de 2009, estabeleceu nos processos seletivos de todos os seus cursos de nível médio e superior (graduação) a reserva de vagas (cotas), em cinquenta por cento do total, aos estudantes egressos da rede pública municipal, estadual e federal de ensino. Posteriormente, em 2018, em cumprimento à legislação nacional pertinente a essa matéria, finalmente, instituiu a sua Política de Ações Afirmativas de Inclusão Socioeconômica, Étnico-Racial e de Pessoas com Deficiência (PcD) e, conseqüentemente, ampliou sua reserva de vagas para sessenta por cento do total para atender aos egressos de escola pública, às PcDs, aos de baixa renda familiar e aos pretos, pardos e indígenas (PPI) (IFMT, 2009-2019).

Em 2017, ainda que tardiamente, estruturou sua Política de Assistência Estudantil (IFMT, 2009-2019) em observância às normatizações relacionadas ao assunto, para fins de garantir o acolhimento, a permanência e o êxito (conclusão) de todos os seus estudantes, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade socioeconômica, mediante o Programa de Assistência Estudantil (PAE), voltado ao desenvolvimento de ações e projetos de caráter universal, como: a) acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico; b) prevenção e promoção da saúde e qualidade de vida; c) incentivo às atividades esportivas, de lazer e culturais; d) seguro escolar; e) incentivo ao desempenho escolar e acadêmico (monitoria didática); f) incentivo ao desempenho escolar e acadêmico (participação em eventos técnico-científicos e de formação política estudantil); e g) apoio aos estudantes PcDs. E, também, voltado ao desenvolvimento de ações e projetos de caráter específico e prioritário de incentivo à permanência dos estudantes com renda bruta familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, como: a) auxílio-moradia; b) residência estudantil; c) auxílio-transporte; d) auxílio-alimentação; e) auxílio-creche; f) auxílio-permanência; e g) auxílio-emergencial (IFMT, 2017a).

Sobre o incentivo à inserção social e ao mundo do trabalho, o instituto, por meio da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, busca estabelecer ações como as cooperações técnicas e as parcerias com instituições e empresas públicas ou privadas locais, nacionais e internacionais que assegurem aos estudantes matriculados as possibilidades necessárias de atuação nas áreas artística, cultural, desportiva e da pesquisa; bem como de ingresso ao estágio curricular obrigatório e não obrigatório, cuja organização baseia-se nas determinações estabelecidas pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – as quais também fundamentam os documentos institucionais orientadores, como o Manual do Estágio (2010) e o Manual do Estagiário (2013). Pelo Programa Mulheres Mil, vinculado ao programa do governo federal “Brasil sem miséria” (2011), busca garantir às mulheres em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e renda; e pelo Programa Ativa Incubadora visa, ainda, promover e oferecer suporte a empreendimentos que possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em casos de sucesso, a exemplo do Programa Teresa de Benguela, que promove a organização produtiva de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social em meio urbano e rural do Estado de Mato Grosso.

Em relação aos egressos, o IFMT estruturou, recentemente, a sua Política de Acompanhamento de Egressos (IFMT, 2017b) com a finalidade de viabilizar o acompanhamento deles, mediante cadastros, eventos e pesquisas sobre a inserção no mundo do trabalho, a satisfação pessoal e profissional, a relação entre a ocupação profissional exercida e a formação recebida na instituição, a avaliação dos cursos e da instituição, a importância dos conhecimentos adquiridos e produzidos para a atuação no ambiente profissional, os aspectos limitadores do acesso ao mundo do trabalho, a autonomia intelectual, entre outros elementos.

Toda essa complexidade organizacional do IFMT, por fim, está respaldada em outro requisito estabelecido nas diretrizes de constituição desse modelo de instituições pertencentes à RFEPCT, que é o de autoestruturar-se como uma *autarquia federal autônoma de gestão coletiva*. Nesse aspecto, a instituição mato-grossense tem buscado consolidar sua autogestão (administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar) construindo-se com a participação das comunidades escolares internas e externas envolvidas no processo educacional, seja em cada *campus*, seja como uma rede de *campi*, tendo como eixo central um projeto político-pedagógico (PPP) permeado pela realidade concreta e comprometido com um projeto democrático de nação, com a possibilidade de abordagens diferentes, porém interdependentes.

Nesse processo de constituição democrática, seus dirigentes (reitor e diretores de *campi*) são escolhidos por consulta à comunidade escolar interna (servidores e alunos), nomeados pelo presidente da República e contam com a colaboração de órgãos colegiados máximos, com membros representantes das comunidades internas e externas, como: o Conselho Superior (Consup), órgão superior de caráter consultivo e deliberativo; o Colégio de Dirigentes (Codir), órgão de apoio de caráter consultivo; o Conselho de Planejamento e Administração (Coplan), órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo; e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), órgão normativo, consultivo e deliberativo.

Assim, buscando garantir a administração colegiada, a consolidação e o fortalecimento da relação ensino, pesquisa, extensão e inovação, o IFMT ainda conta com diversos outros componentes coletivos, como comissões permanentes, comitês, núcleos e fóruns¹², com regimentos internos elaborados em suas próprias instâncias e aprovados pelo Consup.

12 Comissão Própria de Avaliação institucional (CPA), Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil do IFMT (CCPAE), Comissão Permanente de Política de Acompanhamento de Egressos (CPPAE), Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), Comissão de Ética (CE), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE), Comissão Permanente de Licitação (CPL), Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS), Comissão Permanente de Gestão da Integridade (CPGI), Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada da Educação Básica, Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Comitê de Tecnologia da Informação (CTI), Comitê de Segurança da Informação, Comitê de Governança, Riscos e Controles, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte (NUMDI), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Inovação Tecnológica (atual Agência de Inovação Tecnológica – AIT), Núcleo Permanente de Pessoal Docente (NPPD), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Fórum de Dirigentes de Ensino; Fórum de Ensino; Fórum Permanente da Política Assistência Estudantil, Fórum de Assistência Estudantil, Fórum de Pós-Graduação, Fórum de Pesquisa, Fórum de Educação Empreendedora, Fórum de Educação Física, Fórum dos Bibliotecários; Fórum dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais e Fórum de Tecnologia da Informação.

Palavras finais

A RFEPCT, bem como as instituições educativas a ela vinculadas, vivenciou diversas mudanças ao longo da sua trajetória de cento e dez anos, conforme cada gestor do país instituiu a sua política educacional, geralmente voltada às demandas do setor econômico.

Em sua gênese histórica, enquanto a primeira política nacional de educação profissional da nascente República brasileira, voltou-se a uma finalidade de sentido moralista, disciplinador, assistencialista e mercadológico; porém, na sua origem contemporânea, se assim se pode expressar, apresenta-se como a primeira política pública de educação profissional científica e tecnológica do país e a primeira a se estabelecer como democrática, popular, inclusiva e voltada à construção de uma sociedade pautada na justiça social, na igualdade econômica, social e política, conforme se pode verificar em sua concepção, diretrizes orientadoras e seus primeiros dados já apontados (BRASIL, 2016).

Quanto ao IFMT, que resultou da integração de uma centenária instituição e de antigas outras dessa rede, nesses seus recentes dez anos de existência está buscando se constituir em consonância às orientações dessa política pública, de modo a poder ofertar, nos diversos espaços geográficos de sua localização no Estado de Mato Grosso, a formação integral e contextualizada dos seus cidadãos para atuarem na vida e no mundo do trabalho com autonomia intelectual; bem como de poder garantir a democratização do acesso aos cursos ofertados, a participação de todos os envolvidos no processo educativo, o esboço de itinerários formativos, desde o EMI a um doutorado, e a sintonia com o perfil sociocultural econômico da localidade para contribuir no seu desenvolvimento.

Enfim, no seu primeiro decanato de trajetória, buscou trilhar os rumos que poderão possibilitar-lhe se desenvolver e, no futuro, se consolidar como um centro irradiador de boas práticas educacionais, culturais, sociais e profissionais.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Políticas e resultados: 1995-2002.** A Reforma da Educação Profissional. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional:** Concepções, Experiências, Problemas e Propostas. Brasília: MEC; SEMTEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC; SETEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de Expansão Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília: MEC; SETEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: PROEJA: Documento Base**. Brasília: MEC; SETEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: Documento base**. Brasília: MEC; SETEC, 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007: Propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II**. Brasília: MEC; SETEC, 2007c.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007d. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007: Propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET**. Brasília: MEC; SETEC, 2007e.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PROEP: Sumário Executivo - 2008**. Brasília: MEC; FNDE, 2008a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Concepção e diretrizes**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC; SETEC, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica**: série histórica e avanços institucionais 2003-2016. Brasília: MEC; SETEC, 2016.

CEFET-MT; CEFET-CUIABÁ; EAF-CÁCERES. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso**: Proposta de Constituição. Cuiabá: [s.n.], 2008. 53 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**: Mato Grosso. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). **Relatório de Gestão**. Cuiabá: IFMT/Reitoria, 2009-2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). **Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil**. Cuiabá: IFMT/Reitoria, 2017a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). **Regulamento da Política de Acompanhamento do Egresso**. Cuiabá: IFMT/Reitoria, 2017b.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**: 2019-2023. Cuiabá: IFMT/Reitoria, 2019.

KUNZE, Nádía Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso**: (1909-1941). 2005. 223 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2005.

KUNZE, Nádía Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2009. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

KUNZE, Nádía Cuiabano. **Escola Industrial de Cuiabá**: gênese e organização (1942-1968). 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

KUNZE, Nádía Cuiabano. A reorganização da rede federal de educação profissional no âmbito da Reforma Capanema. In: CERECEDO, Alicia Civera; FERNÁNDEZ, Carlos Escalante; ROCKWELL, Elsie (Coord.). **Sujetos, poder y disputas por la educación**. Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense; Sociedad Mexicana de la Historia de la Educación, 2014. p. 1148-1157.

Disponível em: <<https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=5168D6A30660EBBD&authKey=%21APsYhjJ7oPjLnfg&resid=5168D6A30660EBBD%215137&canary=KKA7Gq%2Fb7W569YMgpMT3dMvRZZqnJN7osoltXyMqXc%3D7&ithint=%2Epdf&open=true&app=WordPdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LIMA, Katia Valeria Alves de et al. **A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a origem do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)**. 2017. 192 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51-69.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: EDUSE, 2004.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS: Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71570207>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

POLICARPO, Renata Raizel. **Por que as instituições mudam?: O caso do IFMT**. 2013. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/12502/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Renata%20Raizel%20Policarpo.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Cuiabá 300 anos: Debates sobre Ensino, Pesquisas e Inovações. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 69, p. 827-829, set./dez. 2019. Informes da pós-graduação e da pesquisa.

SANTOS, José Deribaldo dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 13, p. 230-240, dez. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976/0>>. Acesso em: 14 abr. 2020.